

ANTONIO VISCONTI
PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO
INGRESSO MPSP: 08/05/1964 E SAÍDA 29/08/2009

APMP: Doutor Visconti, como foi o início da sua vida funcional no Ministério Público?

Eu morava em Sorocaba, atrás do Fórum, desde menino ouvia falar no júri. O primeiro de que eu tenho notícia, meus pais vieram comentando, repercutiu muito, porque era um júri de aborto, e a ré que era uma famosa parteira, Gigina Bevilaqua, foi condenada neste julgamento, foi acusada pelo doutor Hélio Bicudo.

Recentemente, ele me contou alguns detalhes do processo, a defesa alegava que havia uma impossibilidade de que fosse praticado o abortamento como vinha narrado no processo, ele foi à faculdade de medicina e lá soube que bastava dilatar o útero depois fazer a manobra abortiva, com isso ele ganhou o júri de 7 a 0.

Lá para frente eu fui assistir ao primeiro Júri, o promotor era o doutor Flávio Moraes de Queiroz Junior, substituto naquela altura, depois foi do Conselho Superior do Ministério Público e da Banca de Concurso. Outro júri a que eu fui assistir o promotor era o doutor Tostoi de Carvalho e Mello, o Juiz percebeu que eu não tinha 18 anos: mandou o oficial de justiça me retirar lá da assistência.

Mas com isso, eu já vim estudar direito objetivando ingressar no Ministério Público. Quando eu estava na Faculdade, ainda terminando o primeiro ano, eu fui procurado pelo Fábio Konder Comparato, que ele integrava uma conferência vicentina de estudantes de direito, me convidou para participar daquele movimento, e ali eu conheci o secretario da conferência, futuro Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, Paulo Salvador Frontini. E, ele começou a me orientar, ele já era estagiário do MP, aquela altura e já ia indo para o 5º ano. Quando eu cheguei ao 3º

ano da faculdade ele me apresentou o doutor Alceu Arruda, e eu fui lá estagiar extraoficialmente, porque o procurador-geral, Werner Rodrigues Nogueira, ele não gostava daquele sistema de estagio, não abriu editais para inscrição de estágio, então eu fui lá com o doutor Alceu Arruda, que alguns anos depois foi ser presidente desta Associação.

Lá fiquei, no ano de 1960, terminado esse ano, ele me levou ao doutor Rui Junqueira de Freitas Camargo, que era o quarto Curador de Massas Falidas. Com o doutor Rui eu fiquei um mês, porque logo ele foi convocado para a procuradoria justiça. E com doutor Rui havia conseguido com o Tribunal, acho que era a única promotoria que tinha estrutura de secretaria, com funcionário do Tribunal, por sinal, excelentes funcionários, e que então fazia o controle do andamento dos processos, serviços de datilografia, que naquela época não existia no MP.

Naquela altura, lá estava o doutor Rui Junqueira, que logo saiu. Doutor Neto Armani, na primeira curadoria, que também era um promotor de muito prestígio, tinha saído e o doutor Helio Tony Coelho, que me parece foi para Piracicaba, e lá estava o doutor Carlos Ubaldino de Abreu, e na terceira curadoria estava o doutor Durval Cintra Carneiro, que faleceu recentemente, na quarta era o doutor Rui Junqueira, que veio para a procuradoria, e foi designado pra lá, o substituto José Barreto Fonseca, irmão do desembargador José Geraldo Barreto Fonseca, foi reitor da PUC-Campinas, e hoje advoga em Brasília, depois foi promotor de Campinas. Eu fui estagiário, a maior parte do tempo com ele, no final de ano ele foi promovido para outra atividade, aí veio o Cássio Mônaco, acho que é vivo ainda, mora em Limeira, e finalmente o doutor Roberto Guerra de Andrade, com quem eu fiquei pouco, daí eu sai daquela curadoria, terminando o quarto ano.

Eu já me preparava para o Concurso, orientado pelo Paulo Frontini, que me levou até o José Roberto Franco Fonseca, tinha sido o primeiro classificado no Concurso, em 1958, ele que me deu as indicações bibliográficas. Em direito penal, quem me mostrou o caminho foi o Fábio Konder Comparato, naquela altura já se comentava que o livro do Basileu Garcia já estava superado, era

vós corrente, ele me disse: isso é uma bobagem, esse é um grande livro. Você pega ali do artigo 11 ao artigo 27, naquela altura, hoje é dos 14 aos 29, desde a causalidade até a coautoria, ali está à teoria geral do crime, você dá uma lida na parte geral, depois você firma bem esta parte, desses artigos, daí você pega outro: Nelson Hungria, Aníbal Bruno, Frederico Marques... Como eu gostava muito de direito penal, já tinha lido o Basileu Garcia, primeiro volume, e isso da uma vantagem enorme durante as aulas, a gente já vai tendo o conhecimento elementar da questão.

No quinto ano, houve um Concurso para Direito Romano, e eram candidatos: o filho do titular que havia se aposentado, professor Alexandre Correa, Alexandre Augusto de Castro Correa, concorreu o futuro ministro José Carlos Moreira Alves, eu não fui ver as provas: mas era voz corrente que o Moreira foi muito melhor, no entanto, foi dada a vitória ao Alexandre Correa, e isso provocou uma greve. A greve foi se estendendo: a certa altura começou a afetar os que estavam no quinto ano, porque os demais faziam uma recuperação, mas os do quinto ano começaram a se movimentar para por fim a greve. Eu fazia parte dos que queria manter a greve: eu, Roque Comatzu, Herberto Magalhães da Silveira Junior, Renan Teixeira da Cunha, Moacir Servilha Duarte. Para chamar a atenção.

O problema: veio o Secretário-Geral da ONU, neste dia a gente fez a tomada da faculdade, foi à primeira, 33 se comprometeram por escrito na véspera, no dia seguinte foram 16, mesmo assim, era pra ser feito um pronunciamento dos estudantes, o diretor Luiz Antonio da Gama e Silva, depois foi ministro do ATO nº 5, então ali na hora resolveu-se tomar a faculdade.

E com isso, a mais adiante o presidente do Tribunal assumiu o Governo do Estado, o desembargador Joaquim de Sylos Cintra, porque o governador era o Carvalho Pinto, por qualquer razão se afastou, o vice-governador não podia assumir, porque disputava a eleição para deputado, assumiu o Governador Sylos Cintra, que anulou o concurso. Mais adiante, o Supremo restabeleceu a validade do Concurso, acabou ficando na Cátedra o Alexandre Augusto de Castro Correa, também lecionava em Sorocaba.

Com esta greve eu perdi muitas aulas, ai foi feito um acerto, aqueles que tinham certo grau de frequência podiam fazer um exame que se chamava exame vago: era um intermediário, uma espécie de segunda época em novembro para quem tinha uma determinada média, os que tinham frequência faziam esse exame; os que não tinham iam direto para a segunda época. Eu não tinha em direito internacional e direito administrativo, com isso, eu tive que ir para a segunda época. A inscrição se encerrou em janeiro, a minha inscrição não foi admitida, eu já enfrentei de saída o formalismo do Ministério Público, porque quando foi realizada a prova eu já estava formado, mas a regra era que tinha que estar com o curso concluído, com isso eu tive que esperar mais um ano. Eu fiquei um ano me preparando para o Concurso, o Antonine que era da minha turma entrou naquele concurso em 1963.

Ai eu fui fazer a minha prova em 1964. A minha prova oral foi marcada para o dia 1º de abril de 1964: onde estavam se processando a queda do presidente João Goulart. O doutor Quintanilha Ribeiro, que era da banca, disse que em razão da situação do país, não haveria arguição de direito constitucional. Ai eu fui aprovado.

Naquele tempo o substituto girava muito, eu comecei, fiquei 20 dias em Araraquara, junto com o Paulo de Tarso Barbosa Duarte, a gente assumiu ali pelo dia 10 ou 11, os titulares eram o Clodomiro Lemos e o Eiriri Carvalho de Vasconcelos, o juiz da 1ª Vara Francisco Lofredo Junior, da 2ª Vara era o doutor Geraldo Amaral Arruda, o substituto depois foi o hoje desembargador Adalto Soares, ficou famoso pelo grande liberalismo.

Ai no mês seguinte eu já fui para Votuporanga, o Carlos Siqueira Neto, que depois foi presidente da Associação, ele tava com problema de saúde, gripe forte, e eu fui então fazer o Júri, que era numa primeira segunda-feira de junho. Foi o meu primeiro júri,

assim inesperadamente. Eu telefonei para o doutor Werner: doutor eu nunca fiz júri.

– Não tem problema nenhum, vai lá e conta a sua história, disse ele.

- Não se preocupe, quando o argumento for bom não grite. O bom argumento é como o pai chama a atenção do filho, se é sério, se é grave, ele fala baixo, ele não grita, recomendou o doutor Werner. Daí eu fiz o Júri.

MUDANÇA DE COMARCA

Quando chegou o dia 10 eu fui designado para Paulo de Faria, Comarcas mais temidas por causa do barbeiro: além de ficar lá na fronteira de Minas. Foi à Comarca que eu mais gostei na carreira. Porque lá havia um juiz o doutor Carlos Alberto dos Santos Monteiro Violante, era um tipo diferente, era um homem muito inteligente, saia toda noite fazer serenata, era uma vida muito divertida, eu vinha pouco para São Paulo.

Ai abriram as inscrições, eu me inscrevi, inclusive Paulo de Faria tava vaga. Mas tinha havido um problema lá de acidente de trânsito com o Padre de Riolândia, e naquele tempo não havia delegado de carreira, era os suplentes de delegado, então o juiz ficava muito atento à atuação dele, soube que ele não ia abrir inquérito no acidente do padre. Ai veio um delegado de Rio Preto, pai do nosso colega, do Nicolino, que está atuando no Júri de Ribeirão Preto. Deu a entender que eu deveria requisitar um inquérito. Isto fez com que o padre reclamasse, não sei se diretamente, ao certo é que acharam que não era mais aconselhável eu ficar lá. Sai de lá e fiquei alguns dias em Catanduva. Um dos promotores, Durval de Andrade e Silva Filho, teve problema: foi acusado de comunista, isto aconteceu muito naquela época. Porque naquela época os promotores faziam as representações trabalhistas, onde havia junta não, mas onde não havia junta, a representação do trabalhador era do promotor, de outra forma não haveria representação, já que o advogado que se dispusesse a representar o trabalhador logo se

incompatibilizaria com todos os seus melhores clientes potenciais. De modo que isso cabia ao promotor, e aqueles que cuidavam com maior dedicação nesta área irritavam os proprietários rurais, e logo surgia a suspeita de que o promotor era comunista, subversivo.

Quando eu assumi já tinha começado, assumi em 08 de maio, as primeiras cassações foram no principio de abril, já foi alcançado o nosso colega, Plínio de Arruda Sampaio, já se iniciou investigação envolvendo o Darcy Passos, o Mercie, e o Luiz Carlos Alves de Souza, que foi preso, ele era promotor de Pompéia, e foi preso chegando à casa do pai em Garça, sob alegação de subversão. Alguns promotores também tinham atividade político partidária, que era permitida na época. No ano anterior o doutor Werner chamou todos eles, o Darcy, Luis Carlos, Adélio, entre outros, ponderando que não era conveniente que eles tivessem atividade político partidária. Porém, todos disseram a ele que não havia nenhum impedimento legal e eles não iam parar com essa atividade.

Resultado é que lá na frente sobreveio a perseguição. E o doutor Werner Nogueira foi quem saiu em defesa deles. Foi um gesto de grande nobreza do doutor Werner, foi um grande promotor do Júri, mas, principalmente nesta época ele teve uma posição de muita habilidade e, sobretudo, de muita coragem. Ao passo que o Tribunal expediu uma nota infeliz, recomendando sibilamente aos juízes que não concedessem habeas corpus, repercutiu muito mal aquilo. De maneira que eu ouvi dizer que os juízes em vez de procurar a proteção do Tribunal, vinham pedir a proteção do doutor Werner. Mas, o Luiz Carlos Alves de Souza, como havia sido preso, acabou sendo aposentado. O Mauricio José da Cunha, depois foi da diretoria da Associação, teve uma atuação importante na questão de seguros, que passaram a dar um respaldo financeiro para a associação. O Mauricio José da Cunha foi um dos primeiros a cuidar desta parte, depois foi aperfeiçoada pelo Claudio Ferraz de Alvarenga. Mauricio José da Cunha era promotor titular de Agudos, convocado em Garça. Quando o promotor titular se afastava do cargo por qualquer razão ficava vago. Ele estava convocado em Garça e viu do Fórum quando o Luiz Carlos Alves de Souza era preso ao chegar à casa do pai. Ele que também estava na mira dos fazendeiros, pegou o fusquinha e correu para Agudos. Chegando

ao trevo, o delegado de Agudos estava à espera dele: você não vai para a sua casa, você vai para a minha, porque na sua estão os meus tiras esperando pra prender, então a sua mulher esta em casa com seus filhos, você vai lá pega a sua mulher e a bagagem e vai embora. E ele disse que passou um domingo inteiro no zoológico para ficar fora da mira. E o doutor Werner louco para falara com ele. Naquele tempo nem se sonhava com celular.

O certo é que todos acabaram escapando, menos o Darcy, o Mercie, o Luis Carlos Alves de Souza. O Adélio de Souza e Castro, que também estava na mira, mas nesta época por sorte dele estava em férias. Porque a Comarque que ele estava em titula, em Pacaembu, o juiz se chamada doutor José Francisco Ferreira, em protesto contra o golpe militar mandou hastear a bandeira meio palmo. Perde o cargo por causa disso. Do Tribunal, quem acabou cassado foi o desembargador Moura Bittencourt. Contou-me o Plínio de Arruda Sampaio, que a cassação dele ia passando em branco no Tribunal, até que o pai dele que era desembargador doutor João Batista de Arruda Sampaio, protestou, será que vai passar em branco a ajuda de um colega. Também foi cassado um juiz, um comunista conhecido, doutor Darci Arruda de Aranha Campos, depois passou a colaborar no Estadão, ele tinha um pseudônimo Mathias Arrudão.

Tudo no começo de 64. Ai surgiram os Inquéritos Policiais Militares, para apurar subversão e corrupção que eram os focos da repressão por parte do governo dito revolucionário.

Quando nós assumimos como substitutos, eu e o Paulo de Tarso foi realizada, o Diário dos Associados lançou uma campanha, ficou estabelecido que cada um daria um dia de serviço. Eu e o Paulo de Tarso ao invés de dar um dia de serviço, nós não fomos no dia. Não se soube mais do destino disso tudo. Não se sabe qual foi o destino daquilo. Mas ai começaram os PMs querendo enquadrar os que eram enquadrados como subversivos.

A jurisprudência da lei de segurança nacional era toda branda, porque em 1955 os militares se movimentaram para tentar impedir a posse do Juscelino, que tinha sido eleito. E o Marechal Teixeira Lott

que era o ministro da guerra do governo Café Filho arranjaram um pretexto, o coronel Jurandir Mamede fez um discurso no túmulo do general Pereira da Costa, mas ele não estava subordinado ao ministro da guerra. Ai assumiu um presidente interino, o presidente da Câmara, o Café Filho estava hospitalizado, ele disse que não puniria o Mamede, o general Lott pediu demissão, ele disse não se demite não, isso é golpe. Com aval do Congresso, dez dias depois foi deposto o Café Filho, ficou no lugar o Ramos de Santa Catarina.

Com isso o General Lott foi mantido no ministério da Guerra e passou a ser muito combatido pela oposição, que era muito forte, da UDN, um dos grandes líderes depois foi governador do RJ, Carlos Lacerda. Lá um dos seguidores dele formou o clube da lanterna, e que atacava muito o governo, então o general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott tentava enquadrar na lei de segurança nacional. Porém, como era tudo gente conservadora, e o Supremo era muito conservador, todos eles conseguiram habeas corpus, foi se formando então uma jurisprudência muito branda da lei de Segurança Nacional, que depois foi usada pelos promotores para não processar ninguém, do lado de cá. Houve muito poucas denúncias pelo lado do MP, muito pouco processo.

Coincidentemente ou não, eu sei que no ATO 2 a competência foi tirada da justiça Estadual e passada para a justiça militar, havia muitos poucos processos.

Houve até uma passagem, o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, viajou para a Europa e nesse meio tempo ele foi indiciado num inquérito aqui da Caixa Econômica, sob aquisição de automóveis, financiamento de automóveis. Ele voltou da Europa e fez um pronunciamento, um manifesto muito pesado para a imprensa, e disse: “eu vou provar que japona não é toga, e, o que está por dentro não é juiz”. Ele terminava assim. E no meio ele disse que se algum promotor de SP denunciasse ele renunciaria. E depois o advogado dele correu aqui para que não houvesse uma denúncia. Foi designado para o caso o nosso colega Joaquim Wolfgang Stein, requereu o arquivamento do inquérito. Isto teve um reflexo importante para o MP, porque quando veio a Constituinte, assim chamada em 1967, na verdade era o que sobrou do

Congresso para sacramentar afinal um projeto preparado pelo Castelo Branco. O Auro Moura Andrade acabou dando grande trânsito para o MP lá dentro, ele entrava lá no Plenário, e o MP foi posto no capítulo do judiciário e foi dada equiparação de vencimento na Constituição, isto acabou em 1969. Mas, já deixou ali um momento grave de que aquela disciplina Constitucional foi importante, porque no ano seguinte, o Tribunal levantou inconstitucionalidade da equiparação, e o Supremo Tribunal Federal afirmou que a equiparação era constitucional. Quando foi em 1969, no Ato 5, foi emendada a constituição, aí foi tirado este preceito.

Eu peguei toda esta fase. O Darcy disse que perto de 100 promotores tiveram problemas por causa disso. Eu substitui um deles em Votuporanga, o Francisco Lacerda de Almeida, que tem escritório de advocacia por aqui, ele também ficou na marca dos fazendeiros. Até um Corregedor teve lá nessa época, em razão do que foi atribuído a ele. Mas só viu, pode se dar conta do trabalho dele que era excelente, muito bom. Ali da região outro também houve outro juiz que foi cassado, Jorge de Melo Campos, tempos difíceis, mas pioraram em 69, a contestação ficou muito forte, aí em 69 houve outro fechamento, quando era o presidente Costa e Silva, depois morreu e foi sucedido pelo General Médice, aí foi mais difícil.

O começo de 70 foi à época mais difícil. Porque em 73 o governo sofreu uma derrota fragorosa nas eleições parlamentares, a partir daí foi eleito o General Geisel, que anunciou um programa de retorno ao estado de direito, a distensão lenta e gradual, mas o certo é que a situação a partir daí foi se abrandando, no final da década de 70, afinal veio à anistia, houve uma grande campanha nacional em favor da anistia, o governo foi obrigado a mudar de novo a legislação eleitoral, porque ele iria perder a maioria no Senado, então criou a figura do Senador biônico, eleito indiretamente. Ele ia perder o governo de SP, então mudou o colégio eleitoral, ampliou o colégio eleitoral colocando delegado dos municípios para que a Assembleia onde o governo não tinha a maioria não elegeesse o governador.

Aqui em SP resultou na eleição do Paulo Maluf, o indicado do governo era o Laudo Natel, que tinha sido governador, e o governador Paulo Maluf tinha sido prefeito.

Eu ia dizendo, isto levou a eleição não desejada do governador Paulo Maluf, porque ele passou a se dirigir diretamente aos delegados, como os delegados não eram figura de muita expressão, o prefeito controlava, o Laudo Natel tinha visitado todos os prefeitos, controlava, quando eles perceberam os delegados em maioria estavam do lado de Maluf, então ele foi indicado.

Mas eu, em 65 eu fui promovido, em 64 eu me inscrevi e houve aquele problema em Paulo Faria, não fiquei lá. Ai eu não fui promovido nesta leva, e como no final de ano as diárias aumentaram muito então eu não tinha mais pressa em ser promovido. O desinteresse pela promoção era tamanho que a certa altura a lei foi mudada para permitir a promoção o ex-offício do promotor. Eu fui o único escrito para remoção para Piratininga, o Renato Guimarães Junior foi o único inscrito para promoção para Lençóis, que era muito disputada.

Então, quando chegou agosto de 1965 eu recebi um telegrama do João Benedito de Azevedo Marques, o procurador-geral era o Mario Moura de Albuquerque. Moura oferece Piratininga e aulas em Bauru. Era na realidade Duartina, mas, o promotor de Piratininga que era o Carlos Antonio Emprota Julião foi convocado e então eu fui convocado para Piratininga, só que eu não fui dar aula em Bauru. Ai eu fiquei em Piratininga, até o final de 66, quando fui convocado para Pederneiras, no final do ano eu fui promovido por antiguidade para Franco da rocha.

Ai eu fui para Pederneiras, foi uma mudança acidentada. Quando eu entrei era o doutor Werner Rodrigues Nogueira. A certa altura ele enfrentou um problema, porque um colega, Ítalo Bustamonte Paulucci, começou a dar grande divulgação pela imprensa de que o governador Ademar estava envolvido no escândalo da CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo) , que era a empresa de ônibus. Naquele tempo o procurador-geral era de confiança do

governador, o procurador-geral então foi pressionado, porque o governador também tinha um jornal sensacionalista, chamado *O Dia*, em que o governador ameaçava em abrir manchetes para dizer que aquele promotor era homossexual. Naquela altura seria um escândalo enorme. Então o doutor Werner afastou este promotor e colocou outro colega, Villas Boas, que era um promotor de peso, de modo que ele ficou mal perante a opinião pública e ficou mal com o governador, porque não atendeu a nenhum dos lados e ele foi obrigado a se demitir.

O Mario Moura veio para o lugar dele, que havia acusado o governador em 1955, e havia conseguido a condenação do governador por peculato, mas ele foi nomeado, ele era muito hábil. E o governador perguntou a ele:

-Se o senhor estivesse no meu lugar você nomearia?

-Não

-Agora, eu acho que o senhor deveria me nomear. Devia porque senão vai ficar mal, acabou sendo nomeado.

E ele capitaneou aquele grande aumento de vencimentos, que estavam péssimos, ele melhorou muito naquele final de ano, conseguiu fazer uma reunião com o Tribunal. Ai no ano seguinte, o que corria era que ele estava com o inquérito da CMTC guardado, e o governador temia alguma possível represália. Ai correu que no fim do ano seguinte ele com o mesmo inquérito da CMTC queriam um novo aumento, ai ele foi demitido pelo governador. A legislação aqui sempre foi muito casuística.

O Mário Moura, desde 1953, quando houve a Lei Áurea, a princípio o Conselho era escolhido em acordo: os primeiros Conselheiros eram Arruda Sampaio, Mario Moura e Albuquerque, Queiroz Filho e Márcio Martins Ferreira. Mario Moura e Arruda Sampaio sempre às turras, Marcio Martins Ferreira sempre apaziguando, era um homem

muito hábil. O primeiro procurador-geral eleito na lista tríplice, - mudou o governador-, o governador Lucas Nogueira Garcez (1951-1955) terminou o mandato, assumiu o Jânio Quadros e ele ficou quieto, não pediu exoneração. Ai o doutor Márcio Martins, - Cesar Salgado acabou sendo derrubado. O doutor Virgílio Lopes da Silva conta que na transmissão de cargo ele falou quatro horas e meia. Esvaziou completamente a posse do outro, era no sexto andar no do tribunal de Justiça, era a procuradoria-geral.

Mas ai assumiu o doutor Marcio Martins Ferreira, mais adiante o professor Queiroz Filho foi eleito deputado federal e se afastou, entrou o Magalhães Noronha, e o procurador-geral, de regra, ganhava as eleições, não havia regra, não chegava haver disputa. A certa altura o grupo contrário ao Mario Moura conseguiu a procuradoria-geral. Depois o doutor Márcio Martins Ferreira foi para o Tribunal, entrou doutor Joaquim Ferreira de Oliveira, extraordinário promotor do Júri, e mais adiante o doutor Candido Moraes Leme, que era da ala contrária ao Mário Moura, e foi sucedido pelo doutor Luiz de Mello kujawski, também da ala contrária ao Mário Moura. O doutor Candido Moraes Leme não conseguiu eleger ao CSMP ai se exonerou.

Eu me lembro de que eu tava ainda aguardando a minha vez, quando em 1963 houve uma disputa forte para o Conselho. Formaram duas chapas: doutor Mário Moura (ele o doutor João Gomes da Silva, Miguel Encampo Junior e Neto Armando), a outra liderada pelo doutor Mario Amaral Vieira (doutor Gilberto Quintanilha Ribeiro, Roberto Juliotti, Hélio Quaiz Arruda), foram eleitos três daqui: Quintanilha, Juliotti e Mario Amaral Vieira, só não foi eleito o doutor Quaiz Arruda. Do outro lado foi eleito, ainda, o Mario Moura de Albuquerque. Ai o doutor Mario Moura conseguiu fazer o procurador-geral doutor Werner Nogueira, mas não conseguiu dominar o procurador-geral, daí foi ele nomeado. Ele tinha maioria no Colégio de Procuradores, naquela altura tinha 21 procuradores, e ele então mudou a lei para que dois conselheiros fossem eleitos pela classe e dois outros eleitos pelo Colégio de Procuradores, ele foi à primeira vítima deste sistema, como ele tinha

se incompatibilizado com o governador, e ele tinha perdido por um voto na primeira instância, acharam que seria uma imprudência o Colégio colocá-lo no Conselho, e ele não foi. Vieram o doutor Oscar Xavier de Freitas e o doutor Quaiz Arruda. Pela primeira entrância entraram o doutor Perez e Carneiro. O Conselho Superior que era banca naquele tempo.

Como eu ia dizer, eu fui para Piratininga, no final do outro ano eu fui convocado para Pederneiras, a Comarca entrou por antiguidade, entrou o Jochris Camarinha, e eu fiquei no ar. Vim reclamar: éramos muito petulantes naquele tempo. Doutor Romoel Carneiro era muito acessível, falava o que entendia pra ele. Ai eu vim reclamar para o doutor Rui Junqueira: você viu que puseram a comarca na antiguidade, porque era de praxe favorecer o que estava convocado. Ele disse assim: “eu nunca soube que critério para promoção fosse interesse pessoal desse ou daquele promotor, tem que ser de interesse público”. “Mas você é muito falante, fique por ai que eu te arrumo alguma coisa”, disse Rui Junqueira.

Mas daí eu consegui uma permuta com o Herberto, promotor de Bariri. Fui para Bariri e o Herberto para Franco da Rocha, lá fiquei até o começo dos anos 70. Tive uma passagem muito acidentada, me casei e a minha filha teve muito problema de saúde, mas trabalhei. Em Piratininga eu tinha trabalhado com o doutor Nilton Silveira.

Teve uma passagem interessante, esse juiz, que o pai do nosso colega Luiz Carlos Baralle, era comissário de menores, Ogildo Baraale, e naquele tempo não havia história de direitos humanos, e o senhor Ogildo às vezes exagerava um pouco, e um dia foi envolvido num processo de abuso de autoridade. O Barale foi ao Juiz que condenasse o pai dele para que ele desistisse de ser comissário. O juiz disse: “De jeito nenhum... ele é o melhor comissário”.

Mais então voltando, lá em Bariri eu trabalhei primeiro com o doutor Luiz Roberto de Almeida, depois com o Antonio Carlos de Almeida Ribeiro, foi desembargador, um dos maiores juizes com quem eu

trabalhei, além de que uma figura humana extraordinária. Eu tava com muito problema, minha filha estava lá no hospital, e eu ficava mais no hospital do que em Bariri.

Tinha havido uma eleição municipal muito disputada. E nessa eleição, um dia o presidente da Câmara apareceu todo compungido com envelope me entregando, que era endereçado ao presidente da Câmara de Bariri, mas na realidade o ofício era endereçado a mim, serviço nacional de informações, pedindo informações sobre irregularidade em bolsa de estudo. Eles queriam complicar o candidato adversário. E aquilo ao que eu deduzi, ele veio a São Paulo, fizeram a intriga aqui no SNI, e ele conseguiu de algum funcionário que pusesse no envelope como destinatário o presidente da Câmara, pra que eu soubesse que eles tinham o conhecimento de que o SNI estava me pedindo informações. Anteriormente eu tinha visto alguns pedidos e nem tomei conhecimento, mas este como estava nas vésperas da eleição e os ofícios do SNI eram muito educados. Eu respondi que estava a disposição para dar todas as informações.

Mas, por intermédio do procurador-geral ou do corregedor, eram as únicas autoridades que eu estava subordinado administrativamente, e eu tirei copia e mandei copia para o procurador-geral que era o doutor Virgilio. Dizendo o seguinte: ou a questão era muito grave e o procurador geral precisava estar inteirado dela, ou a questão não era grave e não cabia ao promotor fazer o papel de investigador do SNI. Dias depois eu recebi um oficio dele aprovando o procedimento que era daquela forma mesmo. Mas nesta altura o juiz que tinha sido delegado do Dops, eu levei para ele, e ele disse: -tá bom, mas vamos por no correio já, porque senão de noite você consegue pensar que tem mulher, filho, e não manda Eu disse, tá bom. E o doutor Virgilio mandou oficio aprovando a atitude.

Mas ai eu fui parar em Bariri, de la fui promovido para Barretos, no começo dos anos 70. Quando estava em Barretos, tinha estado lá como substituto- desde o primeiro semestre de 64, porque em Rio Preto havia sido cassado o vereador e nosso colega Cícero Toledo

Valle tinha feito um mandado de segurança pra ele, e tinha sido cassado. Ele veio aqui pediu para que eu fosse designado porque ele sabia que eu ia dar parecer favorável no mandado de segurança dele. Eu dei o parecer, ingenuamente mandei para a justiça achando que iam publicar aquilo. Dizia que a Câmara não podia cassar, enfim.

Daí, depois de uns 15 dias, eu fui mandado para Barretos, lá fiquei. Então, quando eu fui promovido, era da 2ª Vara Geraldo Shimidt Correa, o Juiz era o doutor Roberto Rodrigues, da 1ª vara um colega de turma, Jose Luiz Dias Filho. Mas, como substituto eu trabalhei lá, um dos juízes era o Pedro de Alcântara da Silva Leite, e outro Djalma Rubens Louvano, que era substituto também, ele era mais maduro, tinha advogado um bom tempo e tinha ingressado na magistratura, depois chegou a ser vice-presidente do TJ. Depois de uns três meses chega um telegrama do Silvio Glauco Tadei Cembranelli, pai do colega Cembranelli que está no júri, oferecendo permuta por Sorocaba, ele ficou desgostoso com alguns problemas lá no Júri, mas ele queria principalmente ir para a região de Rio preto. Eu pensei um pouco, porque já tinha morado muito tempo em Sorocaba, mas acabei aceitando e fiquei lá por nove anos.

APMP: como foi a experiência no Júri, de realizar o sonho.

Aquele dia eu tava muito preocupado porque veio de uma hora para outra. O juiz depois disse que me daria nota 5.

APMP: O senhor andou pela carreira toda realizando o seu sonho, não é?

Sim, depois eu vim a fazer Júri.

APMP: Quantos e quantos, o senhor era famoso.

Eu corri em atrás de Júri, fiz em São Bernardo, o juiz era o Sidney Sanches, depois eu fiz em Santo André, o Sidnei Sanches também foi designado.

APMP: O senhor foi um grande Tribuno do Júri.

Eu gostava, gostava muito do Júri. Só não fiz Júri em Pederneiras e Bariri. Bariri o réu estava foragido. Mas eu ia atrás de Júri em Bauru.

APMP: o que o senhor mais gostou de fazer, foi o Júri.

Eu gostava muito de acidente do trabalho. É verdade que em Santo André havia muitos processos, agente praticamente se limitava em acompanhar a posição, dificilmente escrevia no processo. Mas depois eu fui para Sorocaba e lá havia muitos processos de acidente, eu gostava.

Quando houve uma sucessão muito acidentada, quando foi eleito o governador Abreu Sodré, o governador biônico, ai o Mario Moura Albuquerque foi para a lista, juntamente com o doutor Rui Junqueira de Freitas Camargo, que era o candidato do Secretário da Justiça, e o terceiro não me lembro do nome. Mas, os dois que disputaram era o Mario Moura e o doutor Rui Junqueira. Aquela disputa demorou e do doutor Moura morreu. Ai foi preciso fazer uma outra lista tríplice, nesta outra lista entrou do doutor Virgílio Lopes da Silva, primo do governador. Ele conta que o secretário disse ao governador que poderia prometer a nomeação porque ele não entraria aqui no Colégio, ai ele disse ao doutor Kujawski: vou entrar e sem o meu voto, vou votar em você, e mostrou. E realmente entrou na lista. Ai então o governador queria nomear o outro, o Virgílio era primo dele, aquilo foi se estendendo. Ai nesse meio tempo, eu frequentava missa quase diariamente, resolvemos fazer uma missa de trigésimo dia para o doutor Mário Moura. A gente vinha se reunindo ali: O doutor Julio Cesar Ribas era um promotor combativo na área

criminal, ele não dormia se sabia que estava havendo um crime na Comarca. Ele foi promotor de Apiaí, quarta parte de Itapetininga, Itapetininga teve 42 inquéritos e Apiaí teve mais de 50 requisições dele. Ele estava em Lins, a esta altura ele atacou o jogo do bicho, chegou a prender pessoalmente banqueiro de bicho, e, a preocupação dele era um médico que fazia aborto. Ele não atendia, ele cobrava para atender no trabalhista, tinha que dar alguma informação para ele, em jogo de bicho, assim ele mapeou o jogo do bicho todo sem sair do gabinete. E apareceu uma enfermeira deste médico com problema trabalhista, daí contou a ele como o médico agia. Ele foi lá, foi ao hospital, foi ao quintal da casa, apreendeu feto. Um dos processos deste médico corria em Duartina, onde eu acumulava. Um dia aparece lá: Ribas, viatura, escrivão e delegado para fazer inquérito, daquele caso. Ele foi a Jaú buscar o laudo. Ai começou uma historia de que ele seria afastado. Fomos em 15 promotores, aquilo repercutiu bastante. O encontro foi em uma churrascaria, e ali nasceu a ideia de se fazer o grupo de estudo. Não sei de quem foi à ideia.

GRUPOS DE ESTUDOS

Foi resolvido que a primeira reunião seria em Bauru. No dia 28 de fevereiro saiu uma batelada de leis, de decretos Leis, um deles mudando a Lei de acidente de trabalho. A gente não entendia a lei, essa lei... repercutiu muito mal. Ai, o Paulo Frontini e o Cândido Rangel Dinamarco (desembargador) vieram tratar dessa lei, foi a primeira palestra, e foi um sucesso extraordinário porque o Paulo Frontini tratou da questão de direito material, o Candido tratou dos aspectos processuais, demoliram a lei.

Então foi marcada uma segunda reunião para Araçatuba, para tratar da nova lei de abuso de autoridade. A ideia era falar das novas leis. Lá foram o Damásio e o Luiz Gonzaga Machado (Machadinho) que era promotor de Bauru, que se entusiasmou muito com o movimento dos grupos de estudos. E foi marcada a terceira reunião para Lins, Sonegação Fiscal, Marcelo Freixo Barbosa fez uma bela exposição. E como Ribas era muito combativo houve uma repercussão inesperada na cidade, acharam que ia começar uma repressão forte aos crimes de sonegação fiscal, que foi um tal de

recolher tributo naquela ocasião. Ai foi marcada a quarta reunião para Marília, e eu devia falar sobre ação popular. Mas ai, o Marcelo fez um entendimento, o doutor Rui Junqueira era um procurador muito contestado, então não apresentou chapa, e a chapa era hostil a ele, a que saiu. E ele fez um entendimento e mandou um impresso (convite): de manhã GE, Antonio Visconti, tema: ação popular; à tarde: João Severino, sobre a Constituição; enfim, misturando a política do MP ao GE. E o Machadinho e o Ribas, combinamos em fazer uma reunião em Lins, foram cerca de 7 promotores, mas o Cândido Dinamarco muito formalista, ele e o Paulo Frontini tinham autorização de 16 colegas sacramentando o que a gente decidisse, então decidimos transferir a reunião do grupo de estudo para Birigui, para 7 de novembro. Nesse meio tempo, subitamente, faleceu o Machadinho. O Marcelo estava furioso, queria discutir ali na ora do enterro. E com isso, a frequência estava por 20, caiu para 13 em Birigui, mas marcou a posição que os Grupos não eram ligados com a política interna do MP. A reunião de Birigui foi irradiada, mais adiante do Paulo Norberto lançou o grupo em Rio Preto, o Queiroz Filho. Depois surgiu este, a Wilma Góis Mauricio, que era promotora de Tietê, fez uma reunião em Tietê, que foi a semente do grupo de estudos Luiz Gonzaga Machado, o centro seria Sorocaba, que também foi uma palestra extraordinária do Antonio Celso Correa, que na época a gente combatia a forma de repressão do crime de transito, que era por processo Judicialiforme começava na polícia, o juiz podia também abrir processo. Aliás, a exposição dele que ele chamou de pluz do trabalho ia na linha desta lei de pequenas causas.

Mas adiante surgiu o grupo de Ribeirão Preto, João Benedito de Azevedo Marques era promotor de Sertãozinho, me disse que ia convidar o Conselho. Também tinha sido uma disputa forte. “Convidei os dois lados”, disse Benedito. Resultado: foram só o Djalma e o Stein, e aquilo repercutiu na região, os de Ribeirão Preto se irritaram: dizia lá um dia um padre da minha Paróquia de São Dimas, padre Arnaldo de Morais Arruda, ele convidou um desses figurões, o padre Calazans, e aquele dia ele fez um sermão notável, depois ele disse: raiva também constrói.

APMP quando o senhor foi promovido a procurador.

Eu cheguei a integrar (como suplente de conselho fiscal) a chapa da Associação em 1974, porque também seria interessante falar da Associação. A Associação não estava na ordem do dia. Era uma salinha pequena, havia um funcionário que cuidava. Quando eu entrei tinha sido eleito um presidente de primeira instância, doutor Hermínio Marques Porto, porém ele fez uma assembleia, porque naquela altura havia um promotor chamado Walter Cimardi, ele foi do Júri de SP, ele tinha grande destaque aqui, e ele se exonerou para advogar, mas, não sei por qual razão, ele resolveu que era melhor voltar para o MP. O cunhado dele era o doutor Werner Nogueira, que era o procurador-geral na época, e o deputado lá de Catanduva, Orlando Zancaner, que tinha muita influência, conseguiu aprovar uma lei em que permitia que o promotor revertesse para a carreira. A Associação se opôs a isso e foi feita uma reunião lá no auditório Queiroz filho, no 8º andar, do Fórum João Mendes Junior, e os procuradores foram fortemente contestados pelos promotores, resultado: não deram mais a dependência para a Associação se reunir. E aquela gestão acabou. Mais adiante o doutor Alceu Arruda foi eleito, mas teve problema de doença, praticamente não exerceu, Dirceu de Mello é que cuidava. E a Associação teve papel importante na defesa da equiparação no Supremo, porque a associação era instrumento para contratar advogado e levantar dinheiro. Ai nós entendemos que eram candidatos o Djalma Lucio, Gabriel Barreto ligado ao doutor Manoel Carneiro, e o doutor Antonio Julião Junior. De última hora, reunidos em um restaurante chamado Gouveia, na Praça da Sé, resolveram formar uma chapa, mas ai foi eleita, como foi formada de última hora a chapa, foi resolvido que o candidato a presidente seria o Vitor Lopes Teixeira, primo do Virgilio Lopes, a chapa foi eleita, alguém da outra chapa furou. A Associação comprou a sede na Rangel Pestana, o presidente seguinte foi o Ronaldo Porto Macedo (eu chamava de Conselho Inferior do MP), João Lopes Guimarães, Antonio Celso Correa e Carlos Siqueira Neto, gente de grande brilho, ai a associação começou a crescer: em razão das disputas

para a associação, houve uma disputa em 74, João Lopes encabeçando uma chapa; o Jose Cássio Soares encabeçando outra, de oposição, em 78 o Guido Membergue também encabeçava uma chapa, que seria de agrado da situação, o procurador-geral ficou neutro, João Batista Santana, mas alguns conselheiros apoiavam o Guido Membergue, eu apoiei o Renan Teixeira da Cunha, fiz parte da chapa: perdemos a eleição. Em 1980 não tivemos candidato, foi eleito o Claudio Alvarenga, em 82 foi lançado o Joaquim Stein: foi derrotado pela chapa encabeçada pelo candidato Luiz Antonio Fleury. Então eu fiquei marcado como homem de oposição. Embora o procurador-geral, lá em 83, o Paulo Frontini, fosse, inclusive, meu padrinho de ex-casamento, ele que me orientou no começo da carreira. Mas eu fiquei como homem de oposição, e naquele tempo oposição só chegava por antiguidade. Mas ai, em 87, o Claudio Ferraz de Alvarenga foi a procuradoria-geral, sucedendo o Paulo Frontini, já no começo do governo Quéricia, e ele resolveu fazer uma pacificação no MP. E um dos itens dessa pacificação foi a minha indicação para a promoção, ai eu fui promovido em maio de 87.

APMP: Como procurador o senhor foi do Órgão Especial, membro Nato, foi eleito duas vezes para o CSMP, foi chefe de gabinete do doutor Luiz Antonio Guimarães Marrey, me deu posse administrativa.

Eu fui à procuradoria e fui trabalhar no Segundo Tribunal de Alçada Civil, fui designado para trabalhar na Segunda Câmara.

APMP: Não podemos esquecer, ainda lá atrás, que o senhor foi um grande promotor do 1º Tribunal do Júri da capital.

Eu cheguei ao 1º Tribunal Do Júri no final de 79, eu fui convidado pelo doutor João Severino de Oliveira Perez, procurador-geral, o assessor era o Claudio Ferraz de Alvarenga: se tá sentado, então senta, o procurador-geral quer que você venha para o Tribunal do Júri.

APMP: Naquele tempo ir para o Júri era uma vitrine.

Júri e mandado de segurança, o procurador fazia pessoalmente, as designações. Ai eu vim e fiquei até a promoção. Sempre trabalhei.

Em 1990 o grupo político a que eu pertencço disputou a presidência da Associação Paulista do MP, a chapa encabeçada pelo doutor José Roberto Ferreira Gouveia. Mas os grupos de oposição não se entenderam e saiu uma outra chapa encabeçada pelo Paulo Edson Marques. A chapa foi eleita. A chapa oficial, a chapa do grupo que estava conduzindo a associação, que era encabeçada pelo doutor Renato Martins Costa (depois foi ao Tribunal de Contas) já foi presidente do TC e lá continua até hoje. Em 1992, formamos novamente a chapa, agora encabelada pelo doutor Luiz Antonio Guimarães Marrey, e foi eleita, novamente, a chapa da situação, encabeçada pelo doutor Walter Paulo Sabella.

Nesse meio tempo eu andei concorrendo, em faixa própria, individualmente, ao Conselho Superior do Ministério Público.

Em razão dessas disputas internas, em busca de espaço para poder inclusive se dirigir a sociedade, nós formamos um grupo que se opunha ao procurador-geral, que se opunha a diretoria da associação, formou o Ministério Público Democrático, ele surgiu em 1991, e foi um instrumento importante para que tentássemos influir na elaboração da Lei Orgânica do MP.

Na Constituinte de 1988, nesta época o colega Luiz Antonio Guimarães Marrey estava em Brasília, como chefe de gabinete do Ministro da Justiça, o professor Paulo Brossard, como ele estava morando em Brasília, e também lá naquele gabinete estava o doutor Claudio Broqueto Filho, Plínio Brito Gentil, eles foram dar um assessoramento informal ao procurador Plínio de Arruda Sampaio, aposentado, que era o presidente da subcomissão que tratava do MP do poder judiciário. De maneira que eles tiveram uma

participação muito importante na elaboração do capítulo do MP na Constituição.

Mais adiante, houve uma mudança lá na maioria na Assembleia Constituinte, mesmo assim grande parte do que havia sido proposto pela comissão presidida por Arruda Sampaio ficou na Constituição.

A partir destes fatos, como também estava lá em Brasília, primeiro na consultoria geral da república, o doutor Saulo Ramos, depois foi Ministro da Justiça, para lá também foi o colega José Celso de Mello filho, mais adiante iria para o STF, onde hoje é o decano.

Como estava no Ministério da Justiça, ele formou uma comissão em que o grupo político a que eu pertencio era majoritário, preparou então o primeiro projeto de Lei Orgânica Nacional do MP. Este projeto foi mandado para presidente José Sarney, depois foi retirado pelo presidente Collor, e foi reapresentado, também muito do que havia sido proposta ao grupo a que eu pertencio acabou indo para a legislação do MP. Mas era necessário organizar uma Lei Estadual e esta entidade, o movimento do MPD, foi um instrumento muito importante para que a gente tentasse influir nesta legislação.

Quando se elaborava essa lei, um grupo que apoiava o procurador-geral entendeu que o projeto, elaborado pela procuradoria-geral, dava poderes excessivos ao PGJ, e acabou este grupo se desligando do PGJ, e se unindo ao nosso e também a um grupo liderado pelo procurador Luiz Carlos Galvão de Barros, que era naquela altura candidato a procurador-geral. Nós formamos uma chapa para o CSMP, uma das emendas que a gente havia apresentado (via MPD) (que tinha uma ligação grande com o líder do PT, deputado Pedro Dallari) uma das emendas revogava uma disposição transitória, porque nesta Lei Orgânica foi estabelecido o mandato de dois anos para os conselheiros, o número foi aumentado, o conselho passou a ter 11 membros: o procurador-geral, o corregedor, mais 3 eleitos pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, e 6 eleitos pela classe. Ai nós formamos uma chapa, eu o doutor Luiz Marrey, o Hugo Mazille, Munir Cury, Carlos Roberto Barreto e José Geraldo Brito Filomeno. Todos fomos eleitos em 1993. Este grupo tentou chegar à associação por uma

chapa encabeçada pela colega Liliana Buff de Souza e Silva, mas venceu a chapa encabeçada pelo doutor Washington Barra, que depois em 96 foi reeleito, mais adiante foi novamente eleito e exerceu três biênios à presidência da associação, até o final de 2012, quando foi eleita a atual diretoria.

Depois desta eleição para o Conselho, logo depois houve uma disputa muito acirrada pela procuradoria-geral, o doutor José Emmanuel Burle Filho, que era candidato do grupo dominante, teve 12 votos a mais do que o doutor Luiz Carlos Galvão de Barros, e foi nomeado a procurador-geral.

Em 1996, de novo era candidato a procurador-geral o doutor Luiz Carlos Galvão de Barros, porém houve um problema ligado com a atividade parlamentar do irmão dele na Assembleia, houve uma exploração na imprensa, e ele achou melhor se retirar da disputa. De modo que ali nos últimos meses de 1995 foi lançada a candidatura do doutor Luiz Antonio Marrey, que integrava o CSMP. O mais votado foi o José Emmanuel Burle Filho, porém o governador Mário Covas nomeou o Marrey a procurador-geral, cuja nomeação mereceu forte contestação por não ter sido ele o mais votado na elaboração da lista tríplice. E, ele então me convidou para ser o chefe de gabinete. E eu fiquei então na chefia do gabinete até setembro de 1997, quando eu deixei este posto para disputar novamente o CSMP. Da minha chapa eu fui eleito ao lado do doutor Paulo Alfonso Garrido de Paula, exerci este mandato no CSMP. (Exerci o meu mandato em 98-99). Mais adiante o procurador-geral foi o doutor José Geraldo Filomeno. Depois o segundo mandato do doutor Marrey. Ai eu fui para Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários. Lá eu fiquei. Nesse meio tempo disputei individualmente e fui eleito para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores, onde permaneci como membro nato até a minha aposentadoria, até 2009. Nesse período eu acabei me transferindo para a procuradoria de Habeas Corpus, até encerrar a minha carreira. Em 29 de agosto de 2009 eu me aposentei. Hoje (2014) a minha militância se restringe ao Ministério Público Democrático.